

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 523.361 - SC (2019/0217165-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VINÍCIUS MOTTA SCALIANTE - PR069456
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLEBER JUNIOR FIDELIX (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO. EMPREGO DE ARMA BRANCA. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO. VALORAÇÃO NEGATIVA NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA. POSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. REFORMATIO IN PEJUS NÃO CONSTATADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEBER JUNIOR FIDELIX, apontando-se como Órgão Jurisdicional Impetrado o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado de Execução Penal n.º 0004721-34.2019.8.24.0018).

Consta nos autos que o Paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, pela prática do delito então previsto no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, aplicada a majoração da pena, na terceira fase da dosimetria, pelo emprego de arma branca.

O Juízo das Execuções Penais, na decisão de fls. 25-29, reconheceu a *novatio legis in mellius* a fim de decotar a causa de aumento correspondente ao emprego de faca, deslocando a valoração negativa para a análise das circunstâncias judiciais. Como resultado, reduziu a pena corporal para 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão.

No presente *writ*, o Impetrante requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da "*ilegalidade do acórdão e da decisão de primeiro grau, para restabelecer a pena-base do paciente, excluindo o aumento*" (fl. 9).

O pleito liminar foi indeferido em 26/07/2019 (fls.71-72).

Manifestação do *Parquet* pela concessão da ordem (fls. 109-111).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A Lei n.º 13.654/2018 promoveu a supressão, nos delitos de roubo, da causa de aumento correspondente ao emprego de arma branca, de sorte que, por força do disposto no art. 2.º do Código Penal Brasileiro, e com base no art. 5.º, inciso XL, da Constituição da República, devem retroagir os efeitos benéficos ao Paciente.

Na hipótese, a regra constitucional da retroatividade da lei penal mais benéfica foi observada, pois o Juízo da Execução Criminal aplicou a *novatio legis in mellius* ao decotar a fração de aumento na terceira fase da dosimetria, ainda que tenha promovido a valoração negativa das circunstâncias do crime pelo emprego da arma branca – entendimento em conformidade com a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. EXCESSO E REFORMATIO IN PEJUS. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Com a revogação do inciso I pela Lei n. 13.654/18, o Juízo da Execução Penal pode considerar o emprego de arma branca na primeira fase da dosimetria da pena e deslocar o concurso de pessoas para a terceira, desde que não seja agravada a situação do sentenciado.

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 509.701/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 15/08/2019, sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. ROUBO. FACA. AFASTADA CAUSA DE AUMENTO PELO USO DE ARMA IMPRÓPRIA. NOVATIO LEGIS. CIRCUNSTÂNCIA DESLOCADA PARA A PRIMEIRA FASE DE DOSIMETRIA. POSSIBILIDADE. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Tendo o Tribunal de origem, no julgamento do recurso de apelação, afastado a aplicação da majorante do uso de arma branca na terceira fase de dosimetria, em razão da novatio legis, é possível a valoração dessa circunstância na primeira etapa para a exasperação da pena-base, desde que não haja o agravamento da pena aplicada ao acusado na sentença condenatória.

2. Habeas corpus denegado." (HC 487.845/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 03/06/2019, sem grifos no original.)

Assim, conforme o entendimento sedimentado na Súmula n.º 611 do Supremo Tribunal Federal, poderá o Juízo da Execução alterar a dosimetria da pena a fim de acomodar as alterações promovidas pela *novatio legis*, desde que benéficas ao Réu.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, não há ilegalidade na aplicação da Lei mais favorável que não elevar a reprimenda imposta ou agravar a situação do Apenado.

Na espécie, não houve qualquer agravamento de pena. Ao contrário, o Juízo da Execução Criminal, ao trasladar o emprego da arma branca para a primeira fase da dosimetria, efetivamente reduziu o total de pena imposta ao Paciente de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão para 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão.

Isso porque a causa de aumento ab-rogada recrudescia a pena em patamar de 1/3 (um terço) – compatível com exasperação na terceira fase –, ao passo que, quando valorado o emprego de faca na primeira etapa da dosimetria – representou acréscimo de 1/6 (um sexto), mais proporcional e adequado à análise das circunstâncias judiciais.

Desse modo, não há falar em *reformatio in pejus*, tampouco em ofensa à coisa julgada, mormente por se tratar de *novatio legis* de que se aproveitou o Réu.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora